



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto
Burkert Del Pino
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise
Marcos Bussolleti
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira
Hypolito
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Luciano
Volcan Agostini
Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz
Osório Rocha dos Santos
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira
Wotter
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers
Acunha
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus
Mandagará Martins

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira
Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Veronica Medeiros dos Santos

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Prof.ª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof.ª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFP)
Prof.ª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Tommaso Deti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2015/2016

ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas:
Editora da UFPel, 2015/2016.
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

* Obra editada e publicada em dezembro de 2017

volume
21
Dez 2015
ISSN 1519-2695

volume
22
Dez 2016
ISSN 1519-2695

ICH - UFPEL

A ALVORADA
HISTORIOGRAFIA
MUSEU NACIONAL
PELOTENSE
ARQUEOLOGIA
MUSEU
MÉDIEVO
DIÁRIOS
CRÔNICAS
LIVROS DIDÁTICOS
ESTADO
LAZER
FONTES HISTÓRICAS
CARTAS
JOINVILLE
INTERNET
HISTÓRIA CULTURAL
O EXEMPLO
ESCRITA
EDUCAÇÃO
NEGROS
HARTOG
SAMBAQUI
BIBLIOTECA NACIONAL
JORNAL
METODOLOGIA

História em revista
revista do núcleo de documentação histórica



UM ESTUDO SOBRE A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO BRASIL COM FOCO EM DOIS MUSEUS BRASILEIROS: MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO E MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE

ONE STUDY ON THE ARCHEOLOGICAL MUSEALIZATION IN BRAZIL WITH A FOCUS ON TWO BRAZILIAN MUSEUMS: MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO AND MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE

Juliana Sabrine Braga Ulguim¹

Resumo: Este artigo tem por finalidade trazer uma pesquisa iniciada no ano de 2014. Tal pesquisa tinha por objetivo analisar a Musealização da Arqueologia em dois museus brasileiros – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) – sobre o olhar de três pesquisadores – um arqueólogo, um museólogo e um biólogo - vinculados na Universidade Federal de Pelotas. O estudo apresentado neste artigo é uma análise bibliográfica sobre a Musealização da Arqueologia no decorrer de alguns séculos tanto no Brasil como internacionalmente. Além de um estudo revisionista sobre a criação do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e o papel desses dois museus dentro da Musealização da Arqueologia.

Palavras-chaves: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville; Musealização da Arqueologia;

Introdução

Este estudo tem como finalidade analisar a Musealização da Arqueologia em dois museus brasileiros, sendo eles: o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), que trabalham com a arqueologia, mas de maneira diferente. O primeiro, um Museu de arqueologia e o segundo, um Museu de História Natural.

Pesquisar museus é mostrar a sua importância e seus resultados, o impacto e o envolvimento que eles têm com a comunidade onde estão inseridos e também com a sociedade em geral. Com os museus de Arqueologia não é

¹ Graduada em Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail:julianasabrineulguim@gmail.com.

diferente.

Segundo a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que “instituiu o Estatuto de Museus”, consideram-se museus “as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo”, além de “conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.” (BRASIL, 2009).

No Brasil, informações mapeadas indicam a existência de 3.025 museus, mas apenas 1.500 aderiram ao Cadastro Nacional de Museus, ação que permite um conhecimento maior por disponibilizar dados básicos diversos que, no conjunto, nos apresentam um panorama nacional importante sobre a atuação dos museus (IBRAM apud CURY et al, 2012, p.17).

Criado pela Lei Municipal nº 1.042/1969, para abrigar a coleção arqueológica - contendo mais de 12.000 peças do colecionador amador Guilherme Tiburtius -, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) foi fundado em 1972, e é um museu que tem como mantenedora a Fundação Cultural de Joinville (SANTOS, 2014, p.228).

Já o Museu Nacional foi criado no ano de 1818 por D.João VI, sendo a mais antiga instituição científica do Brasil e o maior museu de história natural e antropologia da América Latina. Atualmente o Museu integra a estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa foi feita através de uma análise comparativa do desenvolvimento e das características de dois museus brasileiros que salvaguardam acervos arqueológicos. Tendo como objetivo principal reconhecer a musealização da arqueologia como prática museológica recorrente, já que no Brasil “29,5% dos museus tem coleções de Antropologia e Etnografia, e 26,9% de Arqueologia” (IBRAM apud CURY et al, 2012, p.17).

Diferentes autores de diversas áreas já pesquisaram ambos os Museus, gerando ao longo dos séculos XX e XXI muitas publicações, o que possibilitou o estudo revisionista e crítico, mostrando que estes são museus correspondentes a momentos muito distintos da musealização da arqueologia no Brasil.

Nesta pesquisa utilizado trabalhos de pesquisadores que abordam a interface de duas áreas, museologia e arqueologia, tanto brasileiros quanto estrangeiros, e podemos citar alguns nomes como: Maria Cristina Oliveira Bruno (1991), Marília Xavier Cury (2006), Pedro Paulo A. Funari (1994), Diego Lemos Ribeiro (2004) e Lília Schwarcz (1989).

Musealização da Arqueologia

Para entender os processos de musealização que vêm acontecendo no Brasil desde o século XIX, e internacionalmente há mais tempo, é preciso primeiramente trazer alguns conceitos e denominações essenciais para essa pesquisa.

Segundo Michael Shanks e Christopher Tilley (1987 apud BRUNO, 1999) a musealização “é a elaboração de um sistema estético para criar significados”. Musealizar um objeto é preservar o mesmo e as informações que estão contidas nele, ou que a ele estão associadas, os significados que ele vem adquirindo ao longo do tempo seja nos museus ou em sítios arqueológicos por exemplo.

Maria Cristina Bruno destaca outra característica dos processos de musealização que diz respeito à sua própria engrenagem, trazendo uma reflexão da museóloga Waldisa Russio C. Guarnieri:

Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros, e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade, ora, a informação pressupõe, conhecimento (emoção/razão), registro (sensação, imagem, idéia) e memória (sistematização de idéias e imagens e estabelecimento de ligações). É a partir dessa memória musealizada e recuperada que se encontra o registro e, daí, o conhecimento suscetível de informar a ação (GUARNIERI 1990, p. 8 apud BRUNO 1999, p.141).

A Museologia está ligada à “administração da memória” (MENESES, 1991) e, neste sentido, deve-se reconhecer que este gerenciamento pressupõe um novo trabalho cultural e educacional, que atribui ao patrimônio novos usos e novas significações. Se interessando “portanto, em administrar e conservar esta informação (e em organizar novas maneiras de informação), por meio da elaboração de discursos expositivos e estratégias pedagógicas” (BRUNO, 1999, p.140).

A museologia então trata e comunica (BRUNO, 1999, p.130) os elementos de uma herança patrimonial. Vestígios das sociedades que existiram ao longo dos tempos e as sociedades presentes, que correspondem ao interesse de estudo também da Arqueologia. Área essa que estuda as sociedades “através de vestígios materiais por elas deixados tento em vista compreender os seus modos de vida”. Podendo ser “relativos a diferentes épocas, desde os tempos mais remotos, a partir do surgimento da espécie humana, até períodos próximos do presente” (CAMEIRO, 2008, p.14).

Tal definição se aproxima de muitas outras. Maria Dulce Gaspar (2009, p.40), por exemplo, define a arqueologia como a ciência que estuda as culturas a partir do seu aspecto material, construindo suas interpretações através da análise dos artefatos, seus arranjos espaciais e sua implantação na paisagem. M. D. Gaspar ainda retoma o conceito de cultura material, proposto pelo arqueólogo e historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (1983, p.112), a saber, o segmento do meio físico que é socialmente apropriado, o que não é aleatório, casual ou individual, mas que segue padrões sociais. Assim, esse conceito abrange artefatos, modificações da paisagem e o próprio corpo, na medida em que ele é passível de manipulação. Dadas tais características, é possível comparar as atribuições da arqueologia com as da própria museologia, como fez a museóloga Maria Cristina Bruno (1999, p.129). Segundo ela, a Arqueologia

evidência facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como a área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da Arqueologia.

São os Museus de Arqueologia os pontos de encontro mais comuns entre museologia e arqueologia. Neles, é possível perceber que a musealização tem dois lados: o da salvaguarda e o da comunicação. Basicamente voltado para o Homem, “o Museu encontrar-se-ia a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, ficando explicada a sua importância no universo cultural das nações e sua característica quase que universal de entidade sem fins lucrativos” (SCHEINER apud TAMANINI, 1994, p.03-04). A museóloga Maria Cristina Bruno (1999, p.350) afirma que sob a identidade de “Museu de Arqueologia” acumula-se

nos dias de hoje, uma multiplicidade de características museológicas que indica um passado comprometido com aspectos relevantes da história dos museus, no que diz respeito à importância do colecionismo para estas instituições, como também, a evidente parceria com as diferentes fases das descobertas e da pesquisa arqueológica nestes últimos séculos.

Já o historiador Paulo Knauss (2002, p.130) relata que por meio da “discussão da lógica de exposição, é possível aproximar a história de museus e a história de coleções”. Desse modo os museus podem ser

identificados como lugares de construção e organização de coleções. Esta caracterização é válida sobretudo para os museus que se originam da tradição enciclopedista tributária do antiquarismo renascentista, como os museus de história e história natural. Nesta tradição, os museus afirmavam-se como espaço de pesquisa e pesquisadores, revelando sua qualidade de instrumento da formação

e da construção do conhecimento. Seu correlato foi a construção de vastas coleções, muitas vezes consequência de expedições científicas ou missões de pesquisa, revelando objetos e peças para a salvaguarda patrimonial sob guarda de museus. O sentido enciclopédico aliava museu, coleção e conhecimento.

A musealização de coleções arqueológicas nem sempre foi pública ou estava a serviço da sociedade. É preciso entender que as transformações foram acontecendo ao longo dos séculos e, para isso, é preciso relembra alguns acontecimentos que contribuíram nessas transformações. Para a historiadora Elizabete Tamanini (1994, p.09) faz-se necessário recorrer à história desta instituição secular, especialmente aos museus europeus, cujo modelo estendeu-se pelo mundo. Começando pela herança colecionista que os museus herdaram. Essas “coleções estiveram ligadas à necessidade de o homem relacionar o visível do seu cotidiano ao invisível no tempo e no espaço” (POMIAN apud BRUNO, 1999, p.33).

Ao longo do tempo a arqueologia foi adquirindo várias formas de representações e divisões, mas independente da linguagem usada a ela sempre esteve inserida no universo dos museus, desde a época dos gabinetes de curiosidades – quando aconteciam longas viagens em busca de objetos raros e diferentes, tirados de seu contexto para serem inseridos, junto a milhares de outras coisas dentro de gabinetes, desde a formação dos primeiros grandes museus - as coleções arqueológicas tiveram destaque. Podemos apontar como exemplo o surgimento do Museum Ashmolean na Inglaterra. Maria Cristina Bruno (1999, p.45) argumenta, “que a abertura desse museu em uma universidade indicou o prenúncio de duas características decisivas para a história destas instituições: museu como local público e museu como local de aprendizagem”.

De modo geral herdamos dois tipos de museu arqueológico, sendo diferente muitas vezes pela localização, arquitetura, organização interna e o próprio conteúdo. Seguindo essa linha de pensamento Krzysztof Pomian, pesquisador mencionado por Maria Cristina Bruno (1999, p.56), aponta e “justifica a existência dos “museus arqueológico-artísticos” e os “museus arqueológico-tecnológicos”. A museóloga ainda apresenta uma definição do que são esses museus:

“Arqueológico-artísticos” são aqueles que expõem obras de arte e objetos preciosos que se impõem pela sua grandiosidade e, portanto, são apresentados isoladamente sem as respectivas referências de contexto. Objetos estes que, desde sua origem, foram criados como semióforos (estátuas, afrescos, relíquias etc.). Já os museus “arqueológicos-tecnológicos” preservam objetos que, antes de se transformarem em vestígios, foram resíduos (restos) de atividades humanas e sua inserção no universo do colecionismo e posteriormente dos museus traz uma

nova realidade à questão museológica, ou seja: o tratamento museográfico de objetos despossuídos a priori de atributos estéticos (BRUNO, 1999, p.57).

Esse modelo foi uma “divisão tipológica no âmbito da Arqueologia, que conduziu estes museus por diferentes e, às vezes, inconciliáveis caminhos”. Fazendo com que “estudar, preservar e comunicar coleções referentes à Antiguidade obrigou as instituições e seus profissionais a procurarem parceria entre os historiadores, filósofos e filólogos”. Enquanto que “as instituições que tratavam do período paleolítico e neolítico buscaram conforto intelectual entre etnólogos, geólogos, geógrafos, biólogos” (BRUNO, 1999, p.58).

Foi a partir do século XVIII que as coleções adquiriram um caráter científico. Impulsionados pela era das descobertas o homem vai a campo com o intuito de obter, registrar, catalogar e classificar (TAMANINI, 1994, p.12-13). É possível perceber que esta “empreitada iniciada nos últimos decênios do século XVIII demandava para uma melhor eficácia do templo da memória uma adaptação dos lugares para receber as coleções” (BANN apud SILVA, 2008, p.37). Naquele momento a maioria pertencia à realeza.

Sob as luzes do Iluminismo, os Museus europeus, que não haviam sido criados nem organizados para amplos públicos, também foram atingidos pelos ideários de democracia que a burguesia empunhou durante a Revolução Francesa, e tiveram suas coleções reais transformadas em patrimônios nacionais (LOPES 1988), passa-se da noção de Coleção à de Patrimônio - como algo de todos - conhecida até hoje.

Internacionalmente, a “criação de museus se estenderá pelo resto do século XIX seguindo modelos diversos”. Alguns se “basearão nos padrões do Peabody, focalizando preferencialmente a pré-história, a arqueologia e a etnologia;” E “outros, principalmente os da Europa Continental, se constituirão em museus de cultura nacional e popular” (STOCKING JR. apud SCHWARCZ, 1989, p.34).

Também neste tipo de musealização Maria Cristina Bruno (1999, p.70) escreve que “é possível reconhecer uma multiplicidade de formas, mas sempre em íntima relação com o local do desenvolvimento das pesquisas”. Lembrando que assim é possível afirmar que a Arqueologia “chegou a este final de século fortalecida nos museus e pelos museus. E os museus de Arqueologia são também identificados como museus de identidades, museus de sociedades e museus de civilizações” (BRUNO, 1999, p.82).

Partindo desta trajetória agora iremos ver como esse processo se deu no Brasil, que segundo a historiadora Lilian Schwarcz (1989, p. 30), a formação e a instalação de museus no Brasil “devem ser situadas no interior de um

movimento maior ao qual Sturtevant (1985) deu o nome de A Era dos Museus”. Iniciando-se assim, em fins do século XIX e até meados da década de 1920, “o período de apogeu de um tipo de instituição que passou a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica”.

Podemos acrescentar também, o fato de que nesta época o Brasil “já era alvo das coleções de instituições estrangeiras e o surgimento dos museus deste país coincida com a vinda de cientistas, como Carlos Frederico Hartt², Emílio Goeldi³, Hermann Von Ihering⁴ e outros” (ELIAS apud BRUNO 1999, p.90).

A historiadora Cristiana Nunes Galvão de Barros Barreto (1999-2000, p.35) relata que uma

perspectiva mais propriamente arqueológica surgiu com os naturalistas viajantes da segunda metade do século XVIII e início do XIX. Mesmo antes da instalação da Corte portuguesa no Brasil e do decorrente incentivo à exploração mais sistemática do território brasileiro, o país já vinha sendo palco de inúmeras excursões, viagens e pesquisas de naturalistas estrangeiros, sobretudo franceses e alemães. Eram projetos não mais regidos pela curiosidade renascentista da era das descobertas, mas pela especulação científica iluminista do estudo da natureza de forma racional.

As três mais importantes instituições museológicas brasileiras fundadas no século XIX foram: o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Paulista em São Paulo e o Museu Paraense Emílio Goeldi, na região amazônica. Nascendo no contexto de uma forte tradição de pesquisa na área de História Natural. Podendo qualquer pesquisador que estivesse interessado em aprofundar os seus conhecimentos em Antropologia (especialmente nas áreas de arqueologia e etnologia) necessariamente recorrer a essas instituições. Mantendo assim nesses museus diversas coleções arqueológicas (VASCONCELLOS, 2012, p.132).

O historiador Jônatas Ferreira Lima (2010, p.3) descreve que o Museu Real foi criado no reinado de D. João VI e que tinha o objetivo de transformar a então colônia do Brasil em uma espécie de sede da monarquia. O Museu Paraense Emílio Goeldi - fundado por volta de 1870 no Pará - a partir do estudo da natureza amazônica, de sua flora e fauna, da constituição geológica, rochas e mineral, da geografia da imensa região, bem como assuntos correlatos com a história do Pará e da Amazônia. Já o Museu Paulista foi inaugurado em 1894 -

²Carlos Frederico Hartt era um geólogo canadense (notas nossas).

³Emílio Augusto Goeldi foi naturalista e zoólogo (notas nossas).

⁴ Era um naturalista alemão desenvolveu trabalhos pioneiros sobre a fauna, flora e passado brasileiros. Ele “poderia ser considerado como o primeiro ideólogo conservador da Arqueologia brasileira” (FUNARI, 1994, p.26).

pela da Lei nº 200, Decreto nº 249 de 26 de julho - que ainda segundo o autor citado, assumia um novo objetivo: estudar a história natural da América do Sul e em particular do Brasil, por meios científicos – mineralogia, botânica e zoologia.

O papel destes novos museus segundo a Cristiana Barreto (1999-2000, p.37-38) foi decisivo para o desenvolvimento da arqueologia no país,

não só na forma como a pesquisa foi institucionalizada mas também ao definir os modelos científicos de produção de conhecimento. Neles, antes de mais nada, a arqueologia e a etnologia ganharam espaços próprios, apesar de secundários em relação à botânica, à zoologia, e à geologia, enfim, às “verdadeiras” ciências naturais. A ciência do homem era exercida mais como uma arte classificatória, na qual vestígios arqueológicos eram coletados e organizados enquanto ilustração material empírica da evolução humana.

Nessa época os museus começaram a contribuir “para difusão de uma história nacional que gradativamente foi se tornando acessível ao povo das cidades, bem como era um modelo de divulgação científica no país” (LIMA, 2010, p.06).

No período posterior a Primeira Guerra Mundial, “apenas o Museu Nacional conseguiu manter alguma atividade de pesquisa arqueológica. A falta de recursos para manter a efervescente produção científica do final do século anterior levou à dispersão de pesquisas em centros menores e autodidatas”. Marcando na “década de 1920 o final da era dos museus nacionais que abandonaram o seu modelo enciclopédico e projetos grandiosos, transformando-se em museus exclusivamente de ciências naturais” (SCHWARCZ, 1989, p.86).

A historiadora Cristiana Barreto (1999-2000, p.40) afirma ainda que o fim da chamada “era dos museus” foi marcado também

por um novo olhar preservacionista. Foi com o modernismo que surgiu inicialmente a idéia de se preservar o passado e a cultura nacional não só levando-se objetos para dentro de museus, mas também através da proteção de um patrimônio materializado em uma diversidade de sítios, monumentos e edifícios.

Os museus foram as “instituições pioneiras no processo de sistematização das ciências no país. Enquanto órgãos de pesquisa antecederam em muitos anos o surgimento das primeiras universidades brasileiras” (TAMANINI, 1994, p.31). A criação da Universidade de São Paulo (USP), no início dos anos 30, foi consequência desta nova situação. O arqueólogo Pedro Paulo Funari (1994, p.26) argumenta que “como um efeito colateral, a Arqueologia começou a levar o público em consideração e tentou pela primeira vez levar a cabo uma análise taxonômica científica”.

De acordo com o também arqueólogo André Prous, este período caracteriza-se pela atuação de grandes amadores, cujas vidas foram em boa parte dedicadas à Arqueologia, e pelo despertar das instituições oficiais, que procuraram criar centros universitários de pesquisas arqueológicas, com a colaboração de profissionais estrangeiros, visando à formação de especialistas locais. André Prous ainda afirma que “dentre as personalidades, talvez seja, a de Guilherme Tiburtius, a mais marcante” (PROUS, 1992, p.11). Que mais para frente seria a sua coleção particular comprada e que depois deu origem ao Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

Por sua criação, história e importância e apresentarem diferentes formas de musealizar a arqueologia analisaremos mais adiante o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, juntamente com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, que mesmo sendo um museu de história natural tem em seu acervo vários objetos arqueológicos adquiridos desde o começo do museu.

Os museus de Arqueologia representam uma exceção, ao musealizarem, simultaneamente, os processos de trabalho e o objeto de estudo (BRUNO, 1999, p.71): Assim,

neste panorama histórico referente aos museus de Arqueologia, deve ser sublinhado que estas instituições têm singular importância num quadro geral da evolução e desenvolvimento dos museus. Além de terem sido permeadas pelas idéias de “conquista”, de “abandono” e de “mudanças”, legaram experiências que contribuíram para o aperfeiçoamento dos processos museais (BRUNO, 1999, p.81).

Na década de 1930 as questões nacionais passaram a merecer atenção de muitos intelectuais, como por exemplo, Mário de Andrade, “criando assim diversas instituições museológicas, leis preservacionistas foram promulgadas e a formação profissional para a área de museus foi intensificada” (BRUNO, 1999, p.100). Com a criação de cursos para técnicos em museus, primeiramente.

Nos anos 1950, “novos museus de Arqueologia foram sendo criados em algumas partes do país” (BRUNO, 1999, p.109). Constituídos principalmente pelas universidades. O envolvimento com o mundo universitário na opinião da Maria Cristina Bruno “revelou-se como mais um elemento que afastou os museus de Arqueologia para um espaço coadjuvante” (BRUNO, 1999, p.109).

A autora ainda ressalta, também, que existe outro lado desse processo. “Na medida em que os museus foram se tornando universitários, ficaram isolados do circuito federal ou estadual da política museológica brasileira” (BRUNO, 1999, p.112). Ocorreu nesse tempo a criação de museus próprios de arqueologia, tendo um olhar mais específico sobre os objetos arqueológicos

assim como aconteceu que museus já existentes eliminaram por completo esses objetos, se livrando deles ou apenas os “esquecendo”, abandonando-os em suas reservas técnicas.

A museóloga e educadora de museu Marília Xavier Cury (2006, p.2) específica que o objeto musealizado “é no museu ressignificado múltiplas vezes porque ele é como documento, analisado em sua materialidade, sua trajetória, e a partir de questões contemporâneas que são também múltiplas, e ainda fragmentadas e mutantes”.

A partir dos anos 1980 é possível verificar-se uma “reaproximação entre os museus e as teorias antropológicas numa crítica às contingências históricas e sociais”. Ou seja, “ocorre uma aproximação fundamental em explicar as sociedades e os seus objetos numa perspectiva histórica, temporal”. Os museus passam assim a ser “valorizados como espaços de representação cultural e política dos vários grupos e categorias sociais existentes em seus acervos”. O historiador Camilo de Mello Vasconcellos ainda concorda com Duarte quando ele afirma que o museu “é uma instituição cultural e suas práticas expositivas podem ser vistas como construções de histórias, como narrativas que longe de serem neutras são antes condicionadas pelos contextos político e ideológico em que estão inseridas” (DUARTE 2007 apud VASCONCELLOS, 2012, p.131). Marília Xavier Cury (2006, p.2) concorda com os dois autores e observa também que o museu é

uma instituição complexa porque lida com a preservação e com a comunicação do patrimônio cultural. Estas duas responsabilidades são constitutivas de sua natureza institucional: preserva-se para comunicar as relações sociais mediadas pelo objeto musealizado e comunica-se para preservar o patrimônio como vetor de conhecimento sobre essas relações.

Foi possível assim perceber que os objetos arqueológicos sempre estiveram inseridos no âmbito dos museus. Seja apenas por meio de apreciação, como nos antigos “gabinetes de curiosidades”, ou para fazer parte de abastadas coleções de colecionadores que viajavam pelo mundo, seja mais tarde para representar a história natural, através do olhar dos naturalistas.

Embora nem sempre se reconheça a museologia e a arqueologia sempre estiveram presentes, e muitas vezes juntas. Atualmente essas duas áreas estão trabalhando em conjunto em se tratando de acervos arqueológicos.

Relembrando que os objetos arqueológicos são “coleções de bens culturais portadores de valor histórico e artístico, procedentes de escavações, prospecções e achados arqueológicos. Ex: artefatos, monumentos, sambaquis etc.” (IBRAM, 2011).

Escrever sobre a importância de revitalizar esses museus é colocar sempre um olhar mais crítico nos objetos que estão em suas reservas técnicas. Para que seja possível expandir sempre os horizontes desses lugares de memória que abarcam histórias de civilizações antigas, mas também de agora. Procurando sempre inserir o presente nestes lugares. Reconhecer-se através dos museus, onde as pessoas se sintam sempre representadas de alguma maneira e de preferência sempre engajadas nos projetos presentes e futuros.

Museu Nacional do Rio de Janeiro

O Museu Nacional do Rio de Janeiro, antes denominado Museu Real e, posteriormente, Museu Imperial, foi criado no reinado de D. João VI em 06 de junho de 1818, onde o decreto foi redigido pelo ministro Thomaz Antonio de Vilanova Portugal:

Cria um Museu nesta Corte, e manda que ele seja estabelecido em um prédio do Campo de Santana que manda comprar e incorporar aos próprios da Coroa. Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais do Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares; ficando tudo a cargo das pessoas que Eu para o futuro nomear. E sendo-me presente que a morada de casas que no Campo de Santana ocupa o seu proprietário João Rodrigues Pereira de Almeida, reúne as proporções e cômodos convenientes ao dito estabelecimento, e que o mencionado proprietário voluntariamente se presta a vendê-la pela quantia de 32 contos de réis, por me fazer serviço: sou servido aceitar a referida oferta, e enviada ao Conselho da Coroa, se entregue pelo Real Erário com toda a brevidade ao sobredito João Rodrigues a mencionada importância de 32 contos de réis (SAFRA, 2007, p.12-13).

O Museu Real foi erguido com o objetivo de “ser um compêndio para produtos naturais de todo mundo”, nascendo “com o fito de tornar-se de caráter metropolitano e universal” (LOPES, 1995, p.46). Sendo o “mais antigo museu brasileiro e também a mais antiga instituição científica do País” (SAFRA, 2007, p.9).

A formação do seu acervo foi organizada por seu “primeiro diretor, frei José da Costa Azevedo (1818-1822), que se deu a principio pela transferência para a sua sede de instrumentos, máquinas e gabinetes dispersos em outras instituições” (SAFRA, 2007, p.13). Entre os “primeiros acervos que constituíram o Museu Real foram artefatos indígenas e produtos naturais que se

encontravam espalhados por diversos estabelecimentos” (DANTAS, 2007, p. 82).

O prédio que o museu sediou antes do endereço atual era situado no Campo de Santana, atual Praça da Republica, que sofreu inúmeras reformas. Tendo suas exposições abertas mais tarde, em 1821. As “primeiras coleções do Museu foram favorecidas pelos naturalistas estrangeiros que exploravam o território brasileiro em troca do apoio do Império às expedições” (RIBEIRO, 2004, p.52). Além de coleções vindas de todo o mundo, trazidas pela própria monarquia. Recebendo também “doações da Amazônia, com vestígios dos sambaquis de Santa Catarina e São Paulo e materiais distintos oriundos de diversas regiões do país” (BRUNO, 1999, p.95).

A criação do Museu Nacional, portanto, está estritamente relacionada à história do desenvolvimento da ciência e da pesquisa no nosso país. Hoje, o Museu está localizado “no bairro de São Cristóvão, na antiga residência da Família Real Portuguesa (de 1808 a 1821) e da Família Imperial Brasileira (de 1822 a 1889), que foi transformada em sede do museu em 1892” (SOUZA, 2012, p.37). A transferência do Museu para o paço

significou a união de valiosos bens e de importantes referências da história do Brasil. O palácio residencial dos monarcas, também sede da primeira Constituinte da República, além de representar um dos mais significativos monumentos arquitetônicos do século XIX, no País, passaria a sediar a mais importante instituição científica nacional da época, abrigando a partir de então em um mesmo espaço a história política, a história das artes e a história das ciências no Brasil (SAFRA, 2007, p.21).

O Museu Nacional tem diversas publicações. Sendo que em 1922 foi “publicado o primeiro número da série Boletim do Museu Nacional, outra relevante iniciativa de divulgação científica” (SAFRA, 2007, p.29).

Pelo “Decreto-Lei nº 8.689 em 16 de janeiro de 1946, o Museu foi incorporado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, então subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, intensificando-se os trabalhos de pesquisa e as atividades acadêmicas” (SAFRA, 2007, p.31).

Se tratando das reformas as quais o museu passou ao longo de sua existência. Uma delas data de outubro de 1941, quando

teve início uma série de obras para reforma e recuperação de salas do Paço de São Cristóvão, que só veio a ser concluída na década de 1950. Durante este longo período, as exposições do Museu foram remodeladas a partir de um novo e mais moderno conceito teórico e museográfico. No lugar de um grande número de peças expostas de modo pouco didático, prepararam-se novas exposições, com uma linguagem mais compreensiva e atraente, reunindo conjuntos de peças

representativas de áreas temáticas, regionais e temporais. Essa nova concepção e montagem das exposições foi reflexo da criação de uma nova especialidade científica: a museologia (SAFRA, 2007, p.31).

Foi em 1947 que reinauguraram “as salas de Arqueologia e de Etnografia e em 1948 a primeira coleção do Museu, a Coleção Arqueológica Balbino Freitas, de conchas e material lítico provenientes dos sambaquis do litoral sul, foi tombada pelo IPHAN” (SAFRA, 2007, p.31). No mais, Abrahão Silva (2008, p.45) argumenta que “com efeito até 1950 além das informações deste museu pouco foi acrescentado ao que já se conhecia antes de 1914, em termos de arqueologia brasileira”. Se tratando dos objetos arqueológicos “nos dias atuais, o organograma da Instituição, a arqueologia e a etnologia fazem parte do Departamento de Antropologia, apesar de possuírem reservas técnicas distintas” (RIBEIRO, 2004, p.52).

O Museu Nacional também abriga “programas de pós-graduação da UFRJ e desenvolve pesquisas nas áreas de Geologia, Paleontologia, Zoologia, Botânica, Antropologia e Arqueologia” (SOUZA, 2012, p.37). O início das coleções arqueológicas do Museu Nacional da UFRJ começou praticamente junto ao do Museu “e seu crescimento ocorre ainda hoje, graças aos estudos e trabalhos de campo dos pesquisadores de Arqueologia da Universidade” (SOUZA, 2012, p.41). Hoje o que se encontra exposição é apenas uma parcela do acervo da Instituição.

Segundo pesquisas feitas pela Historiadora Helena Vieira Leitão de Souza (2012, p.41-42), as coleções arqueológicas do Museu Nacional são apresentadas

em sua exposição permanente através dos seguintes módulos: Egito Antigo (o maior acervo egípcio da América Latina, sendo a maioria dos objetos adquiridos em leilão pelo Imperador D. Pedro I, que os doou ao Museu), Culturas do Mediterrâneo (Coleção Greco-romana da Imperatriz Teresa Cristina, abrigando peças provenientes de escavações nas cidades de Herculano e Pompéia, e que passaram para a guarda do Museu em 1889), Arqueologia Pré-Colombiana (grande e variado acervo de diversas culturas das Américas) e Arqueologia Brasileira.

A seguir, na Tabela 1, é possível ter uma base do acervo arqueológico do Museu Nacional que esta em exposição no momento. Os dados foram retirados do próprio site da Instituição, onde são identificadas as coleções existentes e também são apresentadas fotos de cada objeto e a descrição dos mesmos. A tabela aponta apenas as coleções e as subcoleções existentes, para uma análise inicial.

Exposições de arqueologia				
Coleção				
	<u>Egito antigo</u>	<u>Culturas do mediterrâneo</u>	<u>Arqueologia Pré-colombiana</u>	<u>Arqueologia brasileira</u>
Subcoleção	Múmias e sarcófagos		Cultura Moche	Sambaquis
	Estatuetas e outros artefatos		Cultura Chimú	Outras culturas
	Estelas funerárias		Cultura Chancay	Cultura Marajoara
			Cultura Lambayeque	Cultura Santarém
			Cultura Inca	Cultura Konduri
			Múmias	Rio Trombetas
				Cultura Maracá

TABELA 1 - Acervo arqueológico do Museu Nacional da UFRJ

Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) foi criado pela Lei Municipal nº 1.042 em 1969, “depois da compra da coleção arqueológica pertencente ao arqueólogo amador Guilherme Tiburtius em 1963” (TREVIZAN; SIMÃO, 2007, p.200). Guilherme Tiburtius nasceu em Berlim em 1892 e se radicou no Brasil em 1910. Ele “preocupou-se em colecionar peças arqueológicas retiradas, principalmente, de sambaquis do Estado de Santa Catarina, muitos dos quais ele mesmo pesquisou”, registrando sempre “detalhes dessas pesquisas criteriosamente em várias publicações e manuscritos”. (BRUNO et al, 1991, p.113).

Em um trecho do livro “Arquivos de Guilherme Tiburtius I” (TIBURTIUS, 1996, p. 15), o arqueólogo amador afirma

que a coleção foi sendo constituída unicamente por escavações e coletas pessoais, sem ajuda financeira de terceiros, e por meus próprios meios. Muitas vezes foi difícil conseguir dinheiro. Nos primeiros anos, até o início da Guerra pude contar com o lucro de minha próspera fábrica. De tempos em tempos, quando estava em casa, esculpia figuras em madeiras brasileiras e conseguia vende-las bem.

A criação desta Instituição teve como objetivo principal “salvaguardar o patrimônio Arqueológico da região de Joinville” (TAMANINI, 2003, p.82). Sendo que, “ao longo de aproximadamente três décadas, tem experimentado diversas maneiras de atuar como instituição científica pautada nos princípios da Museologia contemporânea” (TAMANINI, 2003, p.82).

A construção e instalação do museu foram “resultado de um convênio entre os governos federal e municipal, ao encontro da política do IPHAN, que visava uma defesa do patrimônio móvel, ameaçado pela desinformação geral” (SANTOS, 2014, p.228).

Em 1972, “com a inauguração do prédio, concebido pelo arquiteto Sabino Barroso e pelo museólogo Alfredo Rusins”, o “MASJ passou a ter a guarda permanente de materiais arqueológicos da região, que são propriedade da União”. Seu “prédio contém salas para exposições, laboratórios, reservatécnica, auditório, biblioteca e salas administrativas” (TREVIZAN; SIMÃO, 2007, p. 200).

A museóloga M. C. Bruno (1999, p.126) argumenta que a criação do Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, pode ser apontada como “a melhor expressão da musealização da Arqueologia regional”. Como um museu monográfico, “ele tem procurado atuar em três frentes: pesquisa, preservação e comunicação. Este museu sempre estimulou a sua vocação comunitária e educacional”.

A região “Nordeste de Santa Catarina é marcada, arqueologicamente, pela existência abundante de sítios arqueológicos de tipologia sambaqui” (SANTOS, 2014, p.228). O MASJ atua como “órgão centralizador na defesa deste patrimônio desde sua criação” (SANTOS, 2014, p.228). Mesmo não sendo o foco desta pesquisa é preciso elencar aqui a existência de diversas Leis tanto brasileiras quanto internacionais que protegem o patrimônio arqueológico.

A pesquisadora Maria Dulce Gaspar (2009, p.41) que estudou sambaquis no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, define Sambaqui

como uma palavra de etimologia Tupi, língua falada pelos horticultores e ceramistas que ocupavam parte significativa da América do Sul e estavam na costa brasileira quando os europeus iniciaram a colonização. Tamba significa conchas e ki amontoado, que são as características mais marcantes desse tipo de sítio. Trata-

se de denominação amplamente utilizada pelos pesquisadores e que denota a capacidade de observação e síntese dos falantes Tupi.

Os Sítios arqueológicos “são classificados de acordo com a natureza dos vestígios neles encontrados”. Em contextos pré-coloniais de maneira geral, “a classificação do sítio arqueológico segue a tipologia: Sítio lítico; Sítio cerâmico; Sítio lito-cerâmico e Sítio Sambaqui”(CAMEIRO, 2008, p.14). Em geral, os sítios tipo Sambaqui “exibem uma sucessão estratigráfica de composição diferenciada”, apresentando “camadas de conchas mais ou menos espessas intercaladas por numerosos estratos finos e escuros, ricos em materiais orgânicos, com muitas estruturas distribuídas em áreas específicas” (DE BLASSIS et al, 2007, p. 30).

Elizabeth Tamanini (1994, p. 146) afirma que a principal novidade inserida pelo MASJ, na década de setenta, foi a “criação do serviço educativo, vindo a ser uma das atividades suportes para esta Instituição”.

O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville “enquanto comunicador de conhecimentos produzidos, realiza atividades que envolvem a comunicação museológica através de métodos e práticas da educação patrimonial, dinamizando o espaço que ocupa”, interagindo “e tornando-se reconhecido pela sociedade” (SANTOS, 2014, p.230).

Através de seus projetos pedagógicos, “vem contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos através da construção de novos conhecimentos”. Nesse sentido, “os objetos do museu contribuem para a valorização do patrimônio histórico cultural, bem como para a construção da noção de temporalidade” (TREVIZAN; SIMÃO, 2007, p.192).

O MASJ tem em seus acervos aproximadamente “45.000 peças arqueológicas, etnográficas e iconográficas, resultantes de pesquisas, doações e aquisições, que são freqüentemente procurados por pesquisadores do Brasil e do exterior” (SANTOS, 2014, p.231).

Com o apoio de técnicos do IPHAN,

a construção do MASJ é uma das raras no país projetada e edificada com a finalidade de ser um museu de arqueologia. Tem característica arquitetônica própria da década de 70. A equipe de engenheiros, arquiteto e museólogo conseguiram planejar e construir espaços específicos, como salas para exposições de longa duração, para exposições temporárias, auditório para atendimento educativo, laboratórios para curadoria de acervos, reserva-técnica, que na época denominava-se depósito, e até mesmo um apartamento para abrigar pesquisadores, que na década de 80 foi muito utilizado (SANTOS, 2014, p.229).

Em relação aos problemas que o Museu enfrenta com o prédio, a arquiteta Marina Byrro Ribeiro (2011, p.150) argumenta que

quando o edifício que abriga uma instituição museológica não funciona bem, o funcionamento do museu estará também comprometido. Essa relação de funcionalidade não se restringe apenas à aspectos organizacionais, de distribuição e fluxo, mas principalmente em relação ao edifício como um todo.

Devido à área em que o museu foi construído ele passa hoje por uma série de dificuldades, tendo um histórico de enchentes ao longo dos anos que causou a destruição de uma parte do acervo do museu. A enchente mais recente que causou danos ao Museu aconteceu em março deste ano (2015), prolongado o fechamento temporário do museu para visitantes e o acesso dos pesquisadores por alguns meses.

O que não impede que ao longo dos anos, o esforço institucional sempre foi “direcionado para a busca do reconhecimento do MASJ como centro de referência regional nas áreas de pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio arqueológico” (SANTOS, 2014, p.230).

Considerações Finais

Com esta pesquisa foi possível ver a longa trajetória dos museus independente da tipologia para serem reconhecidos devidamente assim como os obstáculos e degraus que a musealização da arqueologia vem enfrentando ao longo dos séculos. Desse modo os exemplos escolhidos, o MASJ e o MN/UFRJ, permitem ver dois momentos muito diferentes da musealização da arqueologia, e os pesquisadores de diferentes áreas são sensíveis a essas diferenças.

Na breve análise sobre a criação dos dois museus foi possível perceber como o MN/UFRJ e o MASJ desempenham seu papel como comunicador da memória, protetor das coleções museológicas e cumpridor de tarefas que aproximam ou não as pessoas do museu.

Não basta apenas ter os objetos no museu, ter um amontoado de coleções nas reservas técnicas. Esses dois museus são exemplos distintos das transformações que vem acontecendo ao longo dos séculos no universo museológico. O primeiro museu de história natural do Brasil que contém coleções provenientes de diversas partes do mundo. E o outro, um museu que não só comunica, mas também protege a cultura sambaquiana da região de Joinville.

Os museus evoluíram muito ao longo do tempo, mas ainda hoje vemos como algumas situações que ocorrem em museus os tornam debilitantes de ajuda. Como por exemplo, as ações que o MASJ promove, tanto intra muro como extra muro, aproxima os visitantes do museu e seu acervo rico. Mas devido ao local onde ele foi construído as enchentes por muitas vezes depreda o acervo, destruindo o mesmo, e impossibilitando o acesso do visitante ao museu. Ou a falta de ações que aproxime o público para o museu, ações em que as pessoas se sintam não só representadas, mas que podem também fazer parte do processo.

Fazer esta pesquisa, ou melhor, iniciar, até mesmo porque é um assunto que ainda tem muito que ser pesquisado e analisado para dar seguimento estudos e trabalhos futuros é perceber detalhes, entender o processo da musealização da arqueologia. Colocar um olhar diferente sobre algo amplamente pesquisado.

Referências

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: Uma breve história da arqueologia no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 32-51, dezembro/fevereiro 1999-2000.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Musealização da Arqueologia. Primeiro capítulo. **Revista Caderno de Sociomuseologia**, nº17. P.35-151. 1999.

BRUNO, M. C. O.; GUEDES, S. P. L. de C.; AFONSO, M. C.; ALVES, M. C. Um olhar museológico para a arqueologia: a exposição “Pré-história regional” de Joinville (Santa Catarina). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Universidade de São Paulo, n. 1, São Paulo, p. 113-129, 1991.

CAMEIRO, Carla Gibertoni. Arqueologia. In: **Guia Temático: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**. Programa de educação patrimonial do levantamento Arqueológico do Gasoduto. COARI – Manaus, 13- 22, 2008.

CURY, Marília Xavier. Marcos teóricos e metodológicos para recepção de museus e exposições. **UNI revista** - v. 1, n. 3, p.1-13, 2006.

CURY, Marília X.; VASCONCELLOS, Camilo de M. Introdução – Questões indígenas e museus. In: **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades**. CURY, M. X.; VASCONCELLOS, C. de M.; ORTIZ, J. M. (Coord.); Brodowsk: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Coleção Museu Aberto, São Paulo, p.17, 2012.

DANTAS, Regina Maria M.C. **A Casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional**. Dissertação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória Social. Rio de Janeiro, 297p, 2007.

DE BLASSIS, P.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R.; GIANNINI, P.; GASPAR, M. Sambaquis e Paisagem: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Arqueología Suramericana**, v. 3, p. 29-61, 2007.

DIAS, Carla da Costa. O Museu Nacional: formando e conformando o patrimônio nacional. **Ilha R. Antr.**, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC. v. 8, n. 1,2 (2006).

FUNARI, Pedro Paulo A. Arqueologia Brasileira: uma visão geral e reavaliação. **Revista de História da Arte e Arqueologia**. nº 1, Campinas, p.23-41, 1994.

GASPAR, M. D. Arqueologia, Cultura Material e Patrimônio. Sambaquis e Cachimbos. In: GRANATO, Marcus e RANGEL, Marcio, F.. (Org.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. 1ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins/ Grupo de Pesquisa em Preservação de Acervos Culturais (MAST/ M, 2009, p. 39-52.

KNAUSS, Paulo. História de coleção e história de exposição. In: **História representada: o dilema dos Museus**. Livro do Seminário Internacional, p.127-134, 2002.

LIMA, Jônatas Ferreira. **A “Moda” chamada “Sciencia”: A era dos museus no Brasil (1870 – 1910)**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. p. 01-07, 2013.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. Disponível em:

<<http://www.museusambaqui.blogspot.com.br/>> Acesso em: 27 out. 2014.

MUSEU NACIONAL UFRJ. Disponível em:

<<http://www.museunacional.ufrj.br/>> Acesso em: 26 out. 2014.

PROUS, André. Arqueologia Brasileira. Brasília, DF: **Editora Universidade de Brasília**, 613p, 1992.

RIBEIRO, Diego L. **O Museu Nacional e a musealização do objeto arqueológico: especificidades de um museu nacional de ciências**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, p. 67, 2004.

RIBEIRO, Marina Byrro. Arquitetura na conservação preventiva em museus brasileiros. **I Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauro**. p. 144-165, 2011.

SAFRA. O Museu Nacional. Instituto Cultural. Banco Safra. **Editora Safra**, Brasil, 2007.

SANTOS, Adriana Maria P. A conservação dos acervos no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ - **Cadernos do CEOM** - Ano 18, n. 21 - Museus: pesquisa, acervo, comunicação, 2014, p.228-242.

SCHWARCZ, L. K. M. O Nascimento dos Museus Brasileiros, 1890-1910. In: **História das ciências sociais no Brasil**. Vértice, São Paulo, p. 20-71, 1989.

SILVA, Abrahão Sanderson N. F. **Musealização da Arqueologia: Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico em Museus potiguares**.

Dissertação. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. p.01-178, São Paulo, 2008.

SOUZA, Helena V. L. de. **A Coleção Balbino de Freitas e o Museu Nacional**. UNIRIO, Museu de Astronomia e Ciências Afins/ MAST – Rio de Janeiro, 87p, 2012.

TAMANINI, Elizabete. Museu e Educação: Reflexões acerca da experiência no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. PASOS. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. Vol.1. N° 1. Santa Catarina, p. 79-84, 2003.

TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui**: Um olhar necessário. Dissertação. Campinas, 1994, 169p.

TIBURTIUS, Guilherme A. E. **Arquivos de Guilherme Tiburtius**. Tradução Maria Thereza Bobel – Joinville: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, 1996, p.102.

TREVIZAN, C. D.; SIMÃO, É. F. A descoberta de um tesouro: O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 192-210, jul./dez. 2007.

VASCONCELLOS, Camilo de M. Museus Antropológicos e Universitários: por um novo diálogo junto ao público. In: **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades**. CURY, M. X.; VASCONCELLOS, C. de M.; ORTIZ, J. M. (Coord.); Brodowsk: ACAM Portinari: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Coleção Museu Aberto, São Paulo, p. 129-136, 2012.

Abstract: This article aims to bring a search initiated in the year 2014. This research had as objective to analyse the archeological musealization on two brazilian museums – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) – on the gaze of three researchs – archeologist, museologist and biologist - bound in Universidade Federal de Pelotas. The study presented in this article is a literature review on the archeological musealization in the course of several centuries both in Brazil as internationally. Over there from one study revisionist on the creation of Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro and Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville and the role of these two museums within the archeological musealization.

Keywords: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville; Archeological musealization.
